PREGÃOELETRÔNICO

51/2026

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Rosário do Sul-RS

OBJETO

Registro de preços para aquisição de equipamentos, materiais de informática e de insumos para as Secretarias Municipais, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **05/11/2026,** às **9h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço – por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM, exceto os itens indicados no Termo de Referência como de ampla concorrência

SUMÁRIO

1. DO OBJETO....3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO....3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO....5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA....6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES....7
7. DA FASE DE JULGAMENTO 11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS....15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA....16
11. DOS RECURSOS 16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES....17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS....20

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026

(Processo Administrativo nº 2409/2026

Torna-se público que o Município de Rosário do Sul, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado à Rua Amaro Souto, 2203, Centro, CEP 97590-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA ,nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decretos Municipais 222, de 26 de abril de 2023, 204, de 28 de dezembro de 2022, 345, de 14 de fevereiro de 2025, 284, de 15 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de equipamentos, materiais de informática e de insumos para as Secretarias Municipais, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens distintos, conforme tabela do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na plataforma BNC Compras, através do endereço https://bnccompras.com/ .

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. A proposta ajustada ao lance vencedor, acompanhada dos documentos de habilitação deverão ser enviados em até 2 horas a contar da convocação do Pregoeiro, prorrogáveis por igual período mediante solicitação a ser realizada antes do término do prazo inicial, através do chat do sistema.

4.3.1. A proponente que não enviar os documentos na forma da alínea 4.3. terá sua proposta desclassificada.

4.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

4.5. Juntamente com a documentação de habilitação, o licitante declarará, através dos anexos do edital, que:

4.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, conforme anexos do edital, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a empresa que não for enquadrada como ME/EPP/Cooperativa impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Quantidade

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo admitido no Projeto Básico ou Termo de Referência.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)**dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze minutos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível. Diante da possibilidade de o licitante excluir seu próprio lance eivado de vício, o pregoeiro desobriga-se de excluí-lo por solicitação da licitante.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores

àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 30 (trinta) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.7 deste edital.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. contiver vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta no **prazo de 2 horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos

custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia, desde que seja possível verificar a sua autenticidade.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.12. Serão exigidos documentos de habilitação e proposta ajustada somente em relação ao licitante vencedor.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada.**.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital;

9.3.1. Diante da impossibilidade de assinatura digital por parte da licitante, poderá ser realizada, excepcionalmente, assinatura manuscrita com envio da via física para o endereço fixado no rodapé deste edital, aos cuidados do Pregoeiro – Departamento de Licitações e Contratos, com AR - Aviso de Recebimento, e respectivo envio do código de rastreio para o e-mail informado no ato da solicitação de assinatura da ata; ou, em último caso, a licitante poderá comparecer pessoalmente, ou por meio de procurador com poderes para assinatura da ata no Departamento de Licitações e Contratos.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado após aceita pelo pregoeiro a manifestação de recursos, quando o sistema passará para a fase de "interposição de recursos";

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://bnccompras.com/

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da expedição da guia de recolhimento.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e

12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na plataforma de licitações que ocorrer o pregão no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente através de campo próprio no sistema de licitações que ocorrer o pregão, onde ficará disponível para os demais interessados;

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. O prazo para assinatura da Ata será de **3 (três) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, e deverá ser observada a seguinte ordem de preferência:

14.2.1. 1º: Assinatura eletrônica;

14.2.2. 2º: Assinatura manuscrita a ser realizada no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura de Rosário do Sul, no horário das 07:00 h às 13:00 h;

14.2.3. 3º Assinatura manuscrita e remessa de 3 vias do contrato rubricadas no rodapé e assinadas na última folha.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico Rosário do Sul - RS (rosariodosul.rs.gov.br) .

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO 1 – Estudo Técnico Preliminar

14.12.2. ANEXO 2 – Termo de Referência

14.12.3. ANEXO 3 - Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.12.4. ANEXO 4 – Modelo de declaração conjunta;

14.12.5. ANEXO 5 – Modelo de declaração para participação de cooperativa;

14.12.6. ANEXO 6 – Modelo de declaração para atendimento à Lei Complementar 123/06 (ME/EPP/Cooperativas)

14.12.7. ANEXO 7 – Modelo de proposta

Rosário do Sul, 23 de setembro de 2026.

Luís André Sasso

Vice-Prefeito em exercício

ANEXO 1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. **OBJETO**: registro de preços para aquisição de equipamentos, materiais de informática e de insumos, conforme condições, quantidades e exigências do edital e seus anexos.

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**:
   2.1. O objeto deste Estudo Técnico Preliminar deve ser licitado através da modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, forma de julgamento MENOR PREÇO, por ser enquadrado como BEM COMUM.

3. **ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES**: Secretaria Municipal Do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
   3.1. ORGÃOS PARTICIPANTES:
   3.2. Gabinete do Prefeito
   3.3. Secretaria Municipal de Administração
   3.4. Secretaria Municipal da Fazenda
   3.5. Secretaria Municipal de Saúde
   3.6. Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo.
   3.7. Secretaria Municipal de Educação
   3.8. Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento.

   3.9. JUSTIFICATIVA:

   3.9.1. A aquisição de materiais de informática e insumos para manutenção de computadores tem por finalidade garantir o pleno funcionamento da infraestrutura tecnológica, assegurando a continuidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

   Os materiais serão utilizados na manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, possibilitando a substituição de componentes defeituosos ou desgastados, a ampliação da vida útil dos equipamentos e a redução do tempo de indisponibilidade dos sistemas. A manutenção adequada evita a interrupção das atividades administrativas, reduz custos com substituição prematura de equipamentos e proporciona maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

   Além disso, a aquisição de itens como memórias, SSDs, fontes de alimentação, cabos, conectores, ferramentas, equipamentos de teste, materiais para soldagem, periféricos e equipamentos de rede é indispensável para atender às demandas rotineiras de suporte técnico, instalação, configuração e reparo dos equipamentos utilizados pelos diversos setores.

   A contratação também visa manter um estoque mínimo de materiais essenciais, permitindo atendimento ágil às ocorrências, minimizando impactos nas atividades institucionais e garantindo maior disponibilidade dos recursos de tecnologia da informação.

   Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços, a segurança das informações, a eficiência operacional e a economicidade, observando os princípios da Administração Pública.

4. **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**
   4.1. Os objetos desta licitação estão previstos no Plano de Contratações Anual de 2026.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Prazo de entrega: o prazo de entrega será de 20 dias após envio ou entrega do empenho pelo responsável de cada secretaria.

5.2. Local: deverá ser entregue no Departamento de Almoxarifado na Prefeitura.

5.3. Horário: 7h30min até as 12h.

5.4. Endereço: Rua Amaro Souto nº 2203 – Centro, CEP 97590-000.

5.5. Forma do recebimento: os itens serão recebidos de forma parcelada.

5.6. Prazo de garantia dos produtos: será exigida a garantia do fabricante para os produtos caracterizados como equipamentos;

5.7. Prazo de vigência do instrumento contratual ou substitutivo:

5.7.1. Por se tratar de um registro de preços, o prazo de vigência do instrumento contratual será de 01 ano, podendo ser prorrogado por mais 01 ano, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei. 14.133/21.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unid.(R$)
1.	Impressora laser multifuncional: monocromática funções: impressão, cópia, scanner, com bandeja automática, velocidade de impressão cor preto: até 20 ppm, ciclo de trabalho mensal: até 8000 páginas, qualidade de impressão a preto mínima: 600 x 600 ppp, entrada de papel para mínimo de 150 folhas, saída de papel para mínimo de 50 folhas com a face para baixo, opções de impressão frente e verso automática, tipo de digitalização: base plana e adf, resolução óptica de digitalização: até 1200 ppp, profundidade de bits: 24 bits, resolução de cópia (texto a preto): mínimo 600 x 400 ppp, resolução de cópia (gráficos e texto a cores): mínimo 600 x 400 ppp, dimensionamento da copiadora: 25 até 400%, máximo de cópias: mínimo 99 cópias, páginas a4 guardadas na memória: até 500 páginas, conectividade: porta usb 2.0 de alta velocidade; porta de rede ethernet 10/100base-t; software de digitalização para e-mail, imagem e arquivo (pdf), cartucho inicial preto, cabo de alimentação cd(s) com software e documentação da impressora guia de primeiros passos cabo usb compatível, alimentação 220w.	UND	56	2.587,73
2.	Hd interno sata 480 gb ssd especificações mínimas ssd 480gb - leituras 500mbs gravações 450mbs - formato 25 pol interface sata rev 3.0 6gbs compatível com a versão anterior sata rev 2.0 3gbs	UND	273	485,30
3.	Caixa de cabo u/utp cat.5e, cat5e 24awgx4p características: - quantidade: 305m por caixa; - material: 100% cobre; - suportar trafego de rede gigabit 10/100/1000;	UND	46	876,00

4.	Teclado multimidia abnt2 usb com fio, compatibilidade windows plug-and-play e linux, cor: preto, teclas multimídia: volume, mudo, play/pause, avanço e retrocesso. Garantia: 01 ano;	UND	150	67,56
5.	Fonte atx fonte de alimentação atx, potência real: maior ou igual a 500w, tipo: atx, padrão: atx 12v, tensão de entrada: 100~240v automático, conectores: conector placa mãe: 20 pinos com expansor para 24 pinos, 1 conector auxiliar eps/atx12v com 8 pinos, 2 ou mais conectores ide, 4 ou mais conectores sata, 1 ou mais conectores pci-e (6+2 pinos), pfc ativo: maior ou igual a 0,99pf, no mínimo uma eficiência de 80%;	UND	127	332,63
6.	Mouse óptico usb com fio. Cor: preto, resolução mínima: 1000 dpi, conexão: usb, botões: 3 botões incluindo o sistema wheel, compatibilidade windows e linux. Garantia: 01 ano;	UND	160	45,30
7.	No-break: especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kva. Potência real mínima de 600 w. Tensão entrada 115 / 127 / 220 v (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 v (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 w. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.	UND	71	959,33
8.	Roteador (lan): deve estar em linha de produção pelo fabricante. Deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Deverá suportar taxa de transferência de no mínimo 300 mbps e suportar no mínimo os padrões ieee 802.11 b/g/n/ac. Mínimo de 4 portas lan 10/100 mbps fast ethernet mdi/mdxi. Mínimo 1 porta wan que suporte de endereço ip estático, dhcp client, pppoe, pptp e l2tp. Mínimo 1 porta padrão usb 2.0. Deverá suportar no mínimo os padrões de criptografia wpa e wep. Possuir sistema de segurança de duplo firewall (spi e nat). Mínimo de 2 antenas desmontáveis de 3 dbi tipo bipolar. Potência mínima de saída de 17 dbm. Suportar dmz. Deverá suportar filtro de endereços de mac e ip. Deverá possuir engenharia de tráfego qos. Garantia de 12 meses.	UND	77	402,55
9.	Impressora multifuncional com sistema de tanque de tinta recarregável integrado, rendimento baseado no padrão isso/iec 24712, conexão usb 2.0 de alta velocidade,	UND	84	1.504,06

	resolução máxima de impressão 5760 x 1440 dpi /velocidade de impressão 27 ppm em preto e 15 ppm em cores, tamanho das cópias em cores, tamanho das cópias cartas /a4 ou 10cmx 15cm número de cópias 1 a 20, digitalização resolução máxima 600x1200dpi, compatível com sistema operacional windows 7,10 ou versão superior, voltagem bivolt.			
10.	Unidade de tambor fotocondutor pantum dl-425x – unidade de tambor fotocondutor compatível com impressora pantum m7105dn, nova, alto rendimento, fornecimento em unidade (un).	UND	50	235,56
11.	Cilindro para impressora brother dcp-l2540dw – cilindro fotocondutor compatível com impressora brother dcp-l2540dw, novo, alto rendimento, fornecimento em unidade (un).	UND	30	148,26
12.	Estabilizador 1000va – estabilizador de tensão com potência mínima de 1.000 va, proteção contra surtos, sobrecarga e subtensão, fornecimento em unidade (un).	UND	99	332,97
13.	Compressor de ar com reservatório – compressor de ar elétrico com reservatório mínimo de 24 litros (l), pressão mínima de 100 psi, fornecimento em unidade (un).	UND	11	1.498,46
14.	Switch 24 portas não gerenciável – switch não gerenciável com 24 portas rj45 10/100/1000 mbps, tecnologia plug and play, fornecimento em unidade (un).	UND	50	1.105,93
15.	Memória ddr4 8gb – memória ram ddr4 com capacidade de 8 gb, compatível com computadores desktop, fornecimento em unidade (un).	UND	129	205,77
16.	Hd 1tb para pc desktop – disco rígido interno sata iii, formato 3,5 polegadas, capacidade de 1 tb, fornecimento em unidade (un).	UND	55	372,43
17.	Hd externo 2tb – disco rígido externo usb 3.0 ou superior, capacidade de 2 tb, fornecimento em unidade (un).	UND	31	674,67
18.	Adesivo instantâneo à base de cianoacrilato – adesivo instantâneo à base de cianoacrilato, frasco com aproximadamente 20 g (fr).	UND	40	20,30
19.	Fita isolante – fita isolante em pvc antichama, dimensões aproximadas de 19 mm x 20 m, fornecimento em rolo.	UND	190	11,00
20.	Ferro de solda 70w – ferro de solda elétrico com potência de 70 w, ponta substituível, fornecimento em unidade (un).	UND	33	141,00
21.	Transformador 1500va – transformador ou autotransformador com potência mínima de 1.500 va, fornecimento em unidade (un).	UND	96	350,42
22.	Kit de Ferramentas (Chaves Philips, Fenda, Alicate de Corte e Alicate de Bico) – Descrição BásicaKit de ferramentas	UND	65	256,51

	composto por chaves Philips, chaves de fenda, alicate de corte e alicate de bico, fabricados em aço temperado de alta resistência, com cabos ergonômicos e antiderrapantes. Indicado para serviços de manutenção, montagem e reparos em equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática. Fornecimento em kit completo, acondicionado em embalagem apropriada.			
23.	Bateria lithium cr2032 – bateria de lítio modelo cr2032, tensão de 3 v, fornecimento em unidade (un).	UND	140	12,78
24.	Conector rj45 – conector macho rj45 para cabo de rede cat5e ou superior, fornecimento em unidade (un).	UND	495	1,53
25.	Fluxo de solda bga líquida – fluxo líquido para soldagem eletrônica e retrabalho bga, frasco de aproximadamente 100 ml (fr).	UND	14	37,51
26.	Spray limpa contato para eletrônicos – spray limpa contato de secagem rápida, embalagem de aproximadamente 300 ml (lata).	UND	42	43,33
27.	Multímetro digital – multímetro digital portátil para medição de tensão, corrente, resistência e continuidade, fornecimento em unidade (un).	UND	13	359,08
28.	Monitor led 24" – monitor led de 24 polegadas, resolução full hd, entradas hdmi e vga, fornecimento em unidade (un).	UND	138	861,33
29.	Fonte 12v 2a – fonte de alimentação chaveada 12 v, corrente mínima de 2 a, fornecimento em unidade (un).	UND	60	47,83
30.	Lubrificante multiuso em spray, desengripante, anticorrosivo e protetivo, embalagem de aproximadamente 300 ml (lata).	UND	44	61,65
31.	Bateria selada recarregável de **12 V** e **7 Ah**, do tipo **VRLA (chumbo-ácido regulada por válvula)**, livre de manutenção e à prova de vazamentos. Indicada para uso em nobreaks, sistemas de alarme, iluminação de emergência e equipamentos eletrônicos que necessitam de alimentação ininterrupta. Possui longa vida útil em regime de flutuação e instalação simples por meio de terminais padrão.	UND	80	135,50
32.	Álcool isopropílico – álcool isopropílico com pureza mínima de 99%, embalagem de 1 l (frasco).	UND	29	82,52
33.	Vaselina industrial – vaselina industrial para lubrificação e proteção de componentes, embalagem de 500 g (pote).	UND	15	37,24
34.	Estanho fino 1 mm (sn60/pb40) – fio de solda liga sn60/pb40, diâmetro de 1 mm, rolo de aproximadamente 500 g.	UND	53	224,31

35.	Fluxo de solda (pasta) – pasta para soldagem eletrônica, embalagem de 50 g (pote).	UND	14	36,17
36.	Alicate crimpador rj45 – alicate para crimpagem de conectores rj45 com funções de corte e decapagem, fornecimento em unidade (un).	UND	11	71,67
37.	Emenda rj45 – emenda rj45 fêmea/fêmea para cabos de rede, fornecimento em unidade (un).	UND	50	3,37
38.	Fonte atx 24 pinos 350w nominal – fonte atx para computador com potência nominal mínima de 350 w, conector principal de 24 pinos, fornecimento em unidade (un).	UND	115	110,32
39.	Suporte para gabinete de computador – suporte ajustável para gabinete de computador, com ou sem rodízios, fornecimento em unidade (un).	UND	75	59,16
40.	Pilha aaa – pilha alcalina aaa, tensão de 1,5 v, fornecimento em unidade com 4 (un).	UND	150	19,80
41.	Pilha aa – pilha alcalina aa, tensão de 1,5 v, fornecimento em unidade com 4 (un).	UND	150	23,99
42.	Bateria 9v – bateria alcalina de 9 v, fornecimento em unidade (un).	UND	90	27,28
43.	Memória ddr3 8gb – memória ram ddr3 com capacidade de 8 gb, compatível com computadores desktop, fornecimento em unidade (un).	UND	92	149,17
44.	Grampo para cabo de aço – grampo para cabo de aço galvanizado, dimensão compatível com a aplicação, fornecimento em unidade (un).	UND	110	4,84
45.	Computador (desktop-básico): especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 6 núcleos, 12 thereads, 12mb de cache e frequência mínima de 2,9 ghz; possuir 1 ssd 480gb sata iii 6gb/s, leitura 500mb/s e gravação 350mb/s (mínimos), memória ram de 8 gb, em 2 módulos idênticos de 4 gb cada, do tipo sdram ddr4 2.666 mhz ou superior, operando em modalidade dual channel. A placa principal deve ter arquitetura atx, microatx, btx ou microbtx, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 2 slot pci-express 2.0 x16 ou superior, 01 slot ssd m.2 nvme. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 2 gb de memória. Possuir suporte ao microsoft directx 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido.	UND	109	3.120,46

	Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo hdmi, display port ou dvi. Teclado usb, abnt2, 107 teclas com fio e mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll com fio. Monitor minimo de led 19 polegadas (widescreen 16:9). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi padrão ieee 802.11 b/g/n/ac pci express (não adaptador usb). Sistema operacional windows 10 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.			
46.	Computador portátil (notebook): especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 núcleos, 8 thereads e frequência mínima de 3.0 ghz; 1 disco rígido mínimo de 240gb ssd; memória ram de 8 gbdo tipo sdram ddr4 2.133 mhz ou superior, tela de led de no mínimo 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1600 x 900 pixels, o teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa (br), inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão abnt2 mais teclado numérico, mouse touchpad com 2 botões integrados, interfaces de rede 100/1000 conector rj-45 e wifi padrão ieee 802.11a/b/g/n/ac, sistema operacional windows 10 pro (64 bits), bateria recarregável do tipo íon de lítion com no mínimo 3 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces 01 porta usb tipo-c (com suporte a dados) usb 2.0 e 3.0, 1 hdmi ou display port e 1 vga, webcam hd (720 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses	UND	108	3.413,87
47.	Tablet novo, de primeiro uso, com tela de 10,5 a 11 polegadas, resolução mínima wuxga (1920 x 1200 pixels) ou superior, processador octa-core com frequência mínima de 2,4 ghz ou desempenho equivalente, memória ram mínima de 8 gb, armazenamento interno mínimo de 128 gb, expansível por cartão micro sd de no	UND	71	3.186,42

	mínimo 1 tb, sistema operacional android 14 ou superior, câmera traseira de no mínimo 8 mp, câmera frontal de no mínimo 8 mp, conectividade wi-fi dual band (2,4 ghz e 5 ghz), bluetooth 5.0 ou superior, porta usb tipo c, alto-falantes estéreo, bateria com capacidade mínima de 7.500 mah, suporte a carregamento rápido de no mínimo 25w, sensores de acelerômetro, giroscópio, bússola digital e sensor de luminosidade, peso máximo de 550 g, acompanhado de carregador, cabo usb e manual do usuário em português, com garantia mínima de 12 meses prestada pelo fabricante ou assistência técnica autorizada no brasil.			
48.	Feltro almofada esponja para epson l3150/l3250/l3110/l3210/l5190 – feltro almofada absorvente de tinta residual compatível com as impressoras epson l3150, l3250, l3110, l3210 e l5190, novo, fornecimento em unidade (un).	UND	50	28,00
49.	Switch 8 portas – switch não gerenciável com 8 portas rj45 10/100/1000 mbps, tecnologia plug and play, fornecimento em unidade (un).	UND	30	469,83
50.	Cabo usb para impressora 2.0 – cabo usb 2.0 tipo a/b, comprimento mínimo de 1,8 m, fornecimento em unidade (un).	UND	20	28,15
51.	Hd 500 gb – disco rígido interno sata iii, formato 3,5 polegadas, capacidade de 500 gb, fornecimento em unidade (un).	UND	20	248,67
52.	Ssd 240 gb – unidade de estado sólido (ssd) sata iii, formato 2,5 polegadas, capacidade mínima de 240 gb, fornecimento em unidade (un).	UND	30	183,68
53.	Régua elétrica com proteção anti-surto – régua de energia com no mínimo 5 tomadas no padrão nbr 14136, proteção contra surtos, cabo mínimo de 1,5 m, fornecimento em unidade (un).	UND	110	74,33
54.	Monitor led 19" – monitor led de 19 polegadas ou superior, resolução hd ou superior, entradas hdmi e vga, fornecimento em unidade (un).	UND	45	777,60
55.	Adaptador vga para hdmi – adaptador conversor de vídeo vga para hdmi, compatível com transmissão de áudio e vídeo, fornecimento em unidade (un).	UND	62	65,00
56.	Adaptador usb tipo c para rj45 – adaptador de rede usb tipo c para ethernet rj45 gigabit 10/100/1000 mbps, fornecimento em unidade (un).	UND	15	79,57
57.	Placa wireless pci express – placa de rede sem fio pci express, padrão ieee 802.11ac ou superior, frequência de 2,4 ghz e 5 ghz, fornecimento em unidade (un).	UND	50	200,97

58.	Adaptador wireless usb – adaptador de rede sem fio usb, padrão ieee 802.11ac ou superior, frequência de 2,4 ghz e 5 ghz, sem antena externa, fornecimento em unidade (un).	UND	30	123,19
59.	Chave de teste ac/dc – chave de teste para medição de tensão ac/dc, fornecimento em unidade (un).	UND	14	48,39
60.	Fusível 3a e 5a – fusíveis de proteção elétrica com capacidade nominal de 3a e 5a, fornecimento em unidade (un.)	UND	100	1,79
61.	Espaguete termo retrátil 1,5 mm – tubo termo retrátil com diâmetro de 1,5 mm, fornecimento em metro (m).	UND	8	2,22
62.	Testador de cabo de rede – testador para cabos rj45/rj11 com indicação por leds para verificação de continuidade e sequência dos fios, fornecimento em unidade (un).	UND	17	95,60
63.	Cabo hdmi – cabo hdmi versão 2.0 ou superior, comprimento mínimo de 2 metros, fornecimento em unidade (un).	UND	65	65,97
64.	Câmera de vigilância – câmera de vigilância ip ou hd, resolução mínima full hd (2 mp), visão noturna, uso interno ou externo conforme necessidade, fornecimento em unidade (un).	UND	110	570,88
65.	Mouse sem fio com design ergonômico, proporcionando conforto durante o uso prolongado. Conexão sem fio de 2,4 GHz por meio de receptor USB, com alcance mínimo de 10 metros. Sensor óptico de alta precisão com resolução mínima de 1.600 DPI (ou ajustável). Compatível com Windows, Linux e macOS**.** Possui 3 ou mais botões, roda de rolagem (scroll), instalação Plug and Play, baixo consumo de energia, alimentação por pilha AA ou bateria recarregável, acabamento antiderrapante e garantia mínima de **12 meses**. (un).	UND	129	45,30
66.	Mouse pad ergonômico – mouse pad ergonômico com apoio para punho em gel ou espuma de alta densidade e base antiderrapante, fornecimento em unidade (un).	UND	129	28,27
67.	Bateria estacionária selada de **12 V** e **45 Ah**, do tipo **VRLA (chumbo-ácido regulada por válvula)**, livre de manutenção e indicada para uso em nobreaks, sistemas de energia ininterrupta (UPS), telecomunicações, sistemas de segurança, iluminação de emergência e outras aplicações de alimentação contínua. Deve possuir baixa taxa de autodescarga, alta confiabilidade, terminais padrão e longa vida útil em regime de flutuação. Produto novo, fornecido em **unidade (UN**	UND	10	540,00

6.1. Pesquisa de preços:

6.1.1. Para esta pesquisa de preços foi utilizada **media** considerando as seguintes fontes de pesquisa:

6.1.2. Pesquisa de preços com fontes variadas entre bancos de preços públicos considerando contratações de outros entes públicos e pesquisa direta com fornecedores.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Por ser objeto que permite o parcelamento por itens, a licitação deverá ser realizada com a divisão do objeto em itens distintos, a fim de proporcionar a ampliação da concorrência entre fornecedores.

8. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

8.1. Diante das informações expostas nos tópicos acima, a partir de estudos técnicos setoriais, a melhor solução para a necessidade da contratação é a realização de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, utilizando-se do sistema de REGISTRO DE PREÇOS.

9. JUSTIFICATIVA DO § 2º DO ART. 18 DA LEI 14.133/21:

9.1. Pelas características do objeto, não se aplicam os demais requisitos do §1º e incisos da Lei 14.133/21.

Rosário do Sul/RS, 19 de julho de 2026.

_____

VILNER SOUZA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO

ANEXO 2 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n°2409/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto do presente termo de referência é a aquisição de material de informática e insumos para Secretaria Municipal Do Trabalho, Habitação e Assistência Social**,** classificados como bens comuns, nos termos do Memorando Descritivo e do Estudo Técnico Preliminar.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EXCLUSIVO ME/EPP
1.	Impressora laser multifuncional: monocromática funções: impressão, cópia, scanner, com bandeja automática, velocidade de impressão cor preto: até 20 ppm, ciclo de trabalho mensal: até 8000 páginas, qualidade de impressão a preto mínima: 600 x 600 ppp, entrada de papel para mínimo de 150 folhas, saída de papel para mínimo de 50 folhas com a face para baixo, opções de impressão frente e verso automática, tipo de digitalização: base plana e adf, resolução óptica de digitalização: até 1200 ppp, profundidade de bits: 24 bits, resolução de cópia (texto a preto): mínimo 600 x 400 ppp, resolução de cópia (gráficos e texto a cores): mínimo 600 x 400 ppp, dimensionamento da copiadora: 25 até 400%, máximo de cópias: mínimo 99 cópias, páginas a4 guardadas na memória: até 500 páginas, conectividade: porta usb 2.0 de alta velocidade; porta de rede ethernet 10/100base-t; software de digitalização para e-mail, imagem e arquivo (pdf), cartucho inicial preto, cabo de alimentação cd(s) com software e documentação da impressora guia de primeiros passos cabo usb compatível, alimentação 220w. **(incluir catálogo contendo especificações técnicas do produto e fotos, juntamente com a proposta)**	UND	56	2.587,73	R$ 144.912,88	Não

2.	Hd interno sata 480 gb ssd especificações mínimas ssd 480gb - leituras 500mbs gravações 450mbs - formato 25 pol interface sata rev 3.0 6gbs compatível com a versão anterior sata rev 2.0 3gbs	UND	273	485,30	R$ 132.486,90	Não
3.	Caixa de cabo u/utp cat.5e, cat5e 24awgx4p características: - quantidade: 305m por caixa; - material: 100% cobre; - suportar trafego de rede gigabit 10/100/1000;	UND	46	876,00	R$ 40.296,00	Sim
4.	Teclado multimidia abnt2 usb com fio, compatibilidade windows plug-and-play e linux, cor: preto, teclas multimídia: volume, mudo, play/pause, avanço e retrocesso. Garantia: 01 ano;	UND	150	67,56	R$ 10.134,00	Sim
5.	Fonte atx fonte de alimentação atx, potência real: maior ou igual a 500w, tipo: atx, padrão: atx 12v, tensão de entrada: 100~240v automático, conectores: conector placa mãe: 20 pinos com expansor para 24 pinos, 1 conector auxiliar eps/atx12v com 8 pinos, 2 ou mais conectores ide, 4 ou mais conectores sata, 1 ou mais conectores pci-e (6+2 pinos), pfc ativo: maior ou igual a 0,99pf, no mínimo uma eficiência de 80%;	UND	127	332,63	R$ 42.244,01	Sim
6.	Mouse óptico usb com fio. Cor: preto, resolução mínima: 1000 dpi, conexão: usb, botões: 3 botões incluindo o sistema wheel, compatibilidade windows e linux. Garantia: 01 ano;	UND	160	45,30	R$ 7.248,00	Sim
7.	No-break: especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kva. Potência real mínima de 600 w. Tensão entrada 115 / 127 / 220 v (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 v (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos	UND	71	959,33	R$ 68.112,43	Sim

	considerando consumo de 240 w. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.					
8.	Roteador (lan): deve estar em linha de produção pelo fabricante. Deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Deverá suportar taxa de transferência de no mínimo 300 mbps e suportar no mínimo os padrões ieee 802.11 b/g/n/ac. Mínimo de 4 portas lan 10/100 mbps fast ethernet mdi/mdxi. Mínimo 1 porta wan que suporte de endereço ip estático, dhcp client, pppoe, pptp e l2tp. Mínimo 1 porta padrão usb 2.0. Deverá suportar no mínimo os padrões de criptografia wpa e wep. Possuir sistema de segurança de duplo firewall (spi e nat). Mínimo de 2 antenas desmontáveis de 3 dbi tipo bipolar. Potência mínima de saída de 17 dbm. Suportar dmz. Deverá suportar filtro de endereços de mac e ip. Deverá possuir engenharia de tráfego qos. Garantia de 12 meses.	UND	77	402,55	R$ 30.996,35	Sim
9.	Impressora multifuncional com sistema de tanque de tinta recarregável integrado, rendimento baseado no padrão isso/iec 24712, conexão usb 2.0 de alta velocidade, resolução máxima de impressão 5760 x 1440 dpi /velocidade de impressão 27 ppm em preto e 15 ppm em cores, tamanho das cópias em cores, tamanho das cópias cartas /a4 ou 10cmx 15cm número de cópias 1 a 20, digitalização resolução máxima 600x1200dpi, compatível com sistema operacional windows 7,10 ou versão superior, voltagem bivolt. **(incluir catálogo contendo especificações técnicas do produto e fotos, juntamente com a proposta)**	UND	84	1.504,06	R$ 126.341,04	Não

10.	Unidade de tambor fotocondutor pantum dl-425x – unidade de tambor fotocondutor compatível com impressora pantum m7105dn, nova, alto rendimento, fornecimento em unidade (un).	UND	50	235,56	R$ 11.778,00	Sim
11.	Cilindro para impressora brother dcp-l2540dw – cilindro fotocondutor compatível com impressora brother dcp-l2540dw, novo, alto rendimento, fornecimento em unidade (un).	UND	30	148,26	R$ 4.447,80	Sim
12.	Estabilizador 1000va – estabilizador de tensão com potência mínima de 1.000 va, proteção contra surtos, sobrecarga e subtensão, fornecimento em unidade (un).	UND	99	332,97	R$ 32.964,03	Sim
13.	Compressor de ar com reservatório – compressor de ar elétrico com reservatório mínimo de 24 litros (l), pressão mínima de 100 psi, fornecimento em unidade (un).	UND	11	1.498,46	R$ 16.483,06	Sim
14.	Switch 24 portas não gerenciável – switch não gerenciável com 24 portas rj45 10/100/1000 mbps, tecnologia plug and play, fornecimento em unidade (un).	UND	50	1.105,93	R$ 55.296,50	Sim
15.	Memória ddr4 8gb – memória ram ddr4 com capacidade de 8 gb, compatível com computadores desktop, fornecimento em unidade (un).	UND	129	205,77	R$ 26.544,33	Sim
16.	Hd 1tb para pc desktop – disco rígido interno sata iii, formato 3,5 polegadas, capacidade de 1 tb, fornecimento em unidade (un).	UND	55	372,43	R$ 20.483,65	Sim
17.	Hd externo 2tb – disco rígido externo usb 3.0 ou superior, capacidade de 2 tb, fornecimento em unidade (un).	UND	31	674,67	R$ 20.914,77	Sim
18.	Adesivo instantâneo à base de cianoacrilato – adesivo instantâneo à base de cianoacrilato, frasco com aproximadamente 20 g (fr).	UND	40	20,30	R$ 812,00	Sim
19.	Fita isolante – fita isolante em pvc antichama, dimensões aproximadas de 19 mm x 20 m, fornecimento em rolo.	UND	190	11,00	R$ 2.090,00	Sim
20.	Ferro de solda 70w – ferro de solda elétrico com potência de 70 w, ponta substituível, fornecimento em unidade (un).	UND	33	141,00	R$ 4.653,00	Sim
21.	Transformador 1500va – transformador ou autotransformador com potência mínima de 1.500 va, fornecimento em unidade (un).	UND	96	350,42	R$ 33.640,32	Sim
22.	Kit de Ferramentas (Chaves Philips, Fenda, Alicate de Corte e Alicate de Bico) – Descrição BásicaKit de ferramentas	UND	65	256,51	R$ 16.673,15	Sim

	composto por chaves Philips, chaves de fenda, alicate de corte e alicate de bico, fabricados em aço temperado de alta resistência, com cabos ergonômicos e antiderrapantes. Indicado para serviços de manutenção, montagem e reparos em equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática. Fornecimento em kit completo, acondicionado em embalagem apropriada.					
23.	Bateria lithium cr2032 – bateria de lítio modelo cr2032, tensão de 3 v, fornecimento em unidade (un).	UND	140	12,78	R$ 1.789,20	Sim
24.	Conector rj45 – conector macho rj45 para cabo de rede cat5e ou superior, fornecimento em unidade (un).	UND	495	1,53	R$ 757,35	Sim
25.	Fluxo de solda bga líquida – fluxo líquido para soldagem eletrônica e retrabalho bga, frasco de aproximadamente 100 ml (fr).	UND	14	37,51	R$ 525,14	Sim
26.	Spray limpa contato para eletrônicos – spray limpa contato de secagem rápida, embalagem de aproximadamente 300 ml (lata).	UND	42	43,33	R$ 1.819,86	Sim
27.	Multímetro digital – multímetro digital portátil para medição de tensão, corrente, resistência e continuidade, fornecimento em unidade (un).	UND	13	359,08	R$ 4.668,04	Sim
28.	Monitor led 24" – monitor led de 24 polegadas, resolução full hd, entradas hdmi e vga, fornecimento em unidade (un).	UND	138	861,33	R$ 118.863,54	Não
29.	Fonte 12v 2a – fonte de alimentação chaveada 12 v, corrente mínima de 2 a, fornecimento em unidade (un).	UND	60	47,83	R$ 2.869,80	Sim
30.	Lubrificante multiuso em spray, desengripante, anticorrosivo e protetivo, embalagem de aproximadamente 300 ml (lata).	UND	44	61,65	R$ 2.712,60	Sim
31.	Bateria selada recarregável de 12 V e 7 Ah, do tipo VRLA (chumbo-ácido regulada por válvula), livre de manutenção e à prova de vazamentos. Indicada para uso em nobreaks, sistemas de alarme, iluminação de emergência e equipamentos eletrônicos que necessitam de alimentação ininterrupta. Possui longa vida útil em regime de flutuação e instalação simples por meio de terminais padrão.	UND	80	135,50	R$ 10.840,00	Sim
32.	Álcool isopropílico – álcool isopropílico com pureza mínima de 99%, embalagem de 1 l (frasco).	UND	29	82,52	R$ 2.393,08	Sim

33.	Vaselina industrial – vaselina industrial para lubrificação e proteção de componentes, embalagem de 500 g (pote).	UND	15	37,24	R$ 558,60	Sim
34.	Estanho fino 1 mm (sn60/pb40) – fio de solda liga sn60/pb40, diâmetro de 1 mm, rolo de aproximadamente 500 g.	UND	53	224,31	R$ 11.888,43	Sim
35.	Fluxo de solda (pasta) – pasta para soldagem eletrônica, embalagem de 50 g (pote).	UND	14	36,17	R$ 506,38	Sim
36.	Alicate crimpador rj45 – alicate para crimpagem de conectores rj45 com funções de corte e decapagem, fornecimento em unidade (un).	UND	11	71,67	R$ 788,37	Sim
37.	Emenda rj45 – emenda rj45 fêmea/fêmea para cabos de rede, fornecimento em unidade (un).	UND	50	3,37	R$ 168,50	Sim
38.	Fonte atx 24 pinos 350w nominal – fonte atx para computador com potência nominal mínima de 350 w, conector principal de 24 pinos, fornecimento em unidade (un).	UND	115	110,32	R$ 12.686,80	Sim
39.	Suporte para gabinete de computador – suporte ajustável para gabinete de computador, com ou sem rodízios, fornecimento em unidade (un).	UND	75	59,16	R$ 4.437,00	Sim
40.	Pilha aaa – pilha alcalina aaa, tensão de 1,5 v, fornecimento em unidade com 4 (un).	UND	150	19,80	R$ 2.970,00	Sim
41.	Pilha aa – pilha alcalina aa, tensão de 1,5 v, fornecimento em unidade com 4 (un).	UND	150	23,99	R$ 3.598,50	Sim
42.	Bateria 9v – bateria alcalina de 9 v, fornecimento em unidade (un).	UND	90	27,28	R$ 2.455,20	Sim
43.	Memória ddr3 8gb – memória ram ddr3 com capacidade de 8 gb, compatível com computadores desktop, fornecimento em unidade (un).	UND	92	149,17	R$ 13.723,64	Sim
44.	Grampo para cabo de aço – grampo para cabo de aço galvanizado, dimensão compatível com a aplicação, fornecimento em unidade (un).	UND	110	4,84	R$ 532,40	Sim
45.	Computador (desktop-básico): especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 6 núcleos, 12 thereads, 12mb de cache e frequência mínima de 2,9 ghz; possuir 1 ssd 480gb sata iii 6gb/s, leitura 500mb/s e gravação 350mb/s (mínimos), memória ram de 8 gb, em 2 módulos idênticos de 4 gb cada, do tipo sdram ddr4 2.666 mhz ou superior, operando	UND	109	3.120,46	R$ 340.130,14	Não

	em modalidade dual channel. A placa principal deve ter arquitetura atx, microatx, btx ou microbtx, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org, organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 2 slot pci-express 2.0 x16 ou superior, 01 slot ssd m.2 nvme. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 2 gb de memória. Possuir suporte ao microsoft directx 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo hdmi, display port ou dvi. Teclado usb, abnt2, 107 teclas com fio e mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll com fio. Monitor minimo de led 19 polegadas (widescreen 16:9). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi padrão ieee 802.11 b/g/n/ac pci express (não adaptador usb). Sistema operacional windows 10 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses. **(incluir catálogo contendo especificações técnicas do produto e fotos, juntamente com a proposta)**					
46.	Computador portátil (notebook): especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 núcleos, 8 thereads e frequência mínima de	UND	108	3.413,87	R$ 368.697,96	Não

	3.0 ghz; 1 disco rígido mínimo de 240gb ssd; memória ram de 8 gbdo tipo sdram ddr4 2.133 mhz ou superior, tela de led de no mínimo 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1600 x 900 pixels, o teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa (br), inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão abnt2 mais teclado numérico, mouse touchpad com 2 botões integrados, interfaces de rede 100/1000 conector rj-45 e wifi padrão ieee 802.11a/b/g/n/ac, sistema operacional windows 10 pro (64 bits), bateria recarregável do tipo íon de lítion com no mínimo 3 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces 01 porta usb tipo-c (com suporte a dados) usb 2.0 e 3.0, 1 hdmi ou display port e 1 vga, webcam hd (720 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses **(incluir catálogo contendo especificações técnicas do produto e fotos, juntamente com a proposta).**					
47.	Tablet novo, de primeiro uso, com tela de 10,5 a 11 polegadas, resolução mínima wuxga (1920 x 1200 pixels) ou superior, processador octa-core com frequência mínima de 2,4 ghz ou desempenho equivalente, memória ram mínima de 8 gb, armazenamento interno mínimo de 128 gb, expansível por cartão micro sd de no mínimo 1 tb, sistema operacional android 14 ou superior, câmera traseira de no mínimo 8 mp, câmera frontal de no mínimo 8 mp, conectividade wi-fi dual band (2,4 ghz e 5 ghz), bluetooth 5.0 ou superior, porta usb tipo c, alto-falantes estéreo, bateria com	UND	71	3.186,42	R$ 226.235,82	Não

	capacidade mínima de 7.500 mah, suporte a carregamento rápido de no mínimo 25w, sensores de acelerômetro, giroscópio, bússola digital e sensor de luminosidade, peso máximo de 550 g, acompanhado de carregador, cabo usb e manual do usuário em português, com garantia mínima de 12 meses prestada pelo fabricante ou assistência técnica autorizada no brasil. **(incluir catálogo contendo especificações técnicas do produto e fotos, juntamente com a proposta)**					
48.	Feltro almofada esponja para epson l3150/l3250/l3110/l3210/l5190 – feltro almofada absorvente de tinta residual compatível com as impressoras epson l3150, l3250, l3110, l3210 e l5190, novo, fornecimento em unidade (un).	UND	50	28,00	R$ 1.400,00	Sim
49.	Switch 8 portas – switch não gerenciável com 8 portas rj45 10/100/1000 mbps, tecnologia plug and play, fornecimento em unidade (un).	UND	30	469,83	R$ 14.094,90	Sim
50.	Cabo usb para impressora 2.0 – cabo usb 2.0 tipo a/b, comprimento mínimo de 1,8 m, fornecimento em unidade (un).	UND	20	28,15	R$ 563,00	Sim
51.	Hd 500 gb – disco rígido interno sata iii, formato 3,5 polegadas, capacidade de 500 gb, fornecimento em unidade (un).	UND	20	248,67	R$ 4.973,40	Sim
52.	Ssd 240 gb – unidade de estado sólido (ssd) sata iii, formato 2,5 polegadas, capacidade mínima de 240 gb, fornecimento em unidade (un).	UND	30	183,68	R$ 5.510,40	Sim
53.	Régua elétrica com proteção anti-surto – régua de energia com no mínimo 5 tomadas no padrão nbr 14136, proteção contra surtos, cabo mínimo de 1,5 m, fornecimento em unidade (un).	UND	110	74,33	R$ 8.176,30	Sim
54.	Monitor led 19" – monitor led de 19 polegadas ou superior, resolução hd ou superior, entradas hdmi e vga, fornecimento em unidade (un).	UND	45	777,60	R$ 34.992,00	Sim
55.	Adaptador vga para hdmi – adaptador conversor de vídeo vga para hdmi, compatível com transmissão de áudio e vídeo, fornecimento em unidade (un).	UND	62	65,00	R$ 4.030,00	Sim
56.	Adaptador usb tipo c para rj45 – adaptador de rede usb tipo c para ethernet rj45 gigabit 10/100/1000	UND	15	79,57	R$ 1.193,55	Sim

	mbps, fornecimento em unidade (un).					
57.	Placa wireless pci express – placa de rede sem fio pci express, padrão ieee 802.11ac ou superior, frequência de 2,4 ghz e 5 ghz, fornecimento em unidade (un).	UND	50	200,97	R$ 10.048,50	Sim
58.	Adaptador wireless usb – adaptador de rede sem fio usb, padrão ieee 802.11ac ou superior, frequência de 2,4 ghz e 5 ghz, sem antena externa, fornecimento em unidade (un).	UND	30	123,19	R$ 3.695,70	Sim
59.	Chave de teste ac/dc – chave de teste para medição de tensão ac/dc, fornecimento em unidade (un).	UND	14	48,39	R$ 677,46	Sim
60.	Fusível 3a e 5a – fusíveis de proteção elétrica com capacidade nominal de 3a e 5a, fornecimento em unidade (un.)	UND	100	1,79	R$ 179,00	Sim
61.	Espaguete termo retrátil 1,5 mm – tubo termo retrátil com diâmetro de 1,5 mm, fornecimento em metro (m).	UND	8	2,22	R$ 17,76	Sim
62.	Testador de cabo de rede – testador para cabos rj45/rj11 com indicação por leds para verificação de continuidade e sequência dos fios, fornecimento em unidade (un).	UND	17	95,60	R$ 1.625,20	Sim
63.	Cabo hdmi – cabo hdmi versão 2.0 ou superior, comprimento mínimo de 2 metros, fornecimento em unidade (un).	UND	65	65,97	R$ 4.288,05	Sim
64.	Câmera de vigilância – câmera de vigilância ip ou hd, resolução mínima full hd (2 mp), visão noturna, uso interno ou externo conforme necessidade, fornecimento em unidade (un).	UND	110	570,88	R$ 62.796,80	Sim
65.	Mouse sem fio com design ergonômico, proporcionando conforto durante o uso prolongado. Conexão sem fio de 2,4 GHz por meio de receptor USB, com alcance mínimo de 10 metros. Sensor óptico de alta precisão com resolução mínima de 1.600 DPI (ou ajustável). Compatível com Windows, Linux e macOS. Possui 3 ou mais botões, roda de rolagem (scroll), instalação Plug and Play, baixo consumo de energia, alimentação por pilha AA ou bateria recarregável, acabamento antiderrapante e garantia mínima de 12 meses. (un).	UND	129	45,30	R$ 5.843,70	Sim
66.	Mouse pad ergonômico – mouse pad ergonômico com apoio para punho em gel ou	UND	129	28,27	R$ 3.646,83	Sim

	espuma de alta densidade e base antiderrapante, fornecimento em unidade (un).					
67.	Bateria estacionária selada de 12 V e 45 Ah, do tipo VRLA (chumbo-ácido regulada por válvula), livre de manutenção e indicada para uso em nobreaks, sistemas de energia ininterrupta (UPS), telecomunicações, sistemas de segurança, iluminação de emergência e outras aplicações de alimentação contínua. Deve possuir baixa taxa de autodescarga, alta confiabilidade, terminais padrão e longa vida útil em regime de flutuação. Produto novo, fornecido em unidade (UN	UND	10	540,00	R$ 5.400,00	Sim

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 e Decreto Municipal 204, de 28 de dezembro de 2022.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, por se enquadrarem na definição do art. 6º, XXI, alínea a da Lei Federal 14.133/21, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3.1. O Por se tratar de um registro de preços, o prazo de vigência do instrumento contratual será de 01 ano, podendo ser prorrogado por mais 01 ano, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei. 14.133/21.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de realização dos serviços é de 20 dias, contados do envio do empenho.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (5.) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser prestados no seguinte endereço: **Rua Gen. Osório 1180, centro, CEP 97590-000.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. Para os equipamentos eletroeletrônicos, o prazo de garantia deverá ser a garantia de fábrica do produto, e para os itens de consumo, a garantia mínima disposta no Código de Defesa do Consumidor..

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com

6.9.5. competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.18. O pagamento será efetuado no **prazo de até 60 (sessenta) dias** contados da liquidação.

6.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA-E**de correção monetária.

Forma de pagamento

6.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

7.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.21. Sobre o item 6.20: A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

7.22. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

7.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

7.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

7.22.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

7.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

7.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

7.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 2.159.321,12** (Dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e doze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

9.3. **Sec. Assistência Social**: Contas: 198, 203, 209, 62838, 63481, 62666, 60532, 609920, 60541, 60545, 228, 231, 61109, 61115, 6301, 6304, 2668, 60988, 60213, 6377, 60959, 62746, 627473, 6404, 60991.

9.4. **Sec. Saúde:** Conta: 63640

9.5. **Sec. Fazenda:** Contas: 2614, 79

9.6. **Gabinete do Prefeito:** Contas: 21, 17

9.7. **Turismo:** Contas:239, 240

9.8. **Sec. Administração:** Contas: 61, 65

9.9. **Sec. Educação:** Contas: 61082, 127, 140, 147, 4545, 163, 63116,6073, 61085, 133, 146, 152, 61086, 62330, 6263, 63119

9.10. No caso de contratação plurianual, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rosário do Sul 22 de julho de 2026.

_____

VILNER SOUZA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
E PATRIMÔNIO

ANEXO 3

Minuta da Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [NumeroContrato]

Nº do Processo: [NumeroProcesso]

Nº do Processo Administrativo: [NumAdmProcesso]

Nº da Ata de Registro de Preços: [NumeroContrato]

ESTE MODELO SE APLICA A COMPRAS. CASO O OBJETO SEJA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, AS ALÍNEAS CORRESPONDENTES A OBJETOS DE COMPRAS SERÃO SUBSTITUÍDAS PELAS DE SERVIÇOS, NO ATO DA FORMALIZAÇÃO DA ARP.

O [RazaoSocialPromotor], com sede no [EnderecoPromotor], na cidade de [CidadePromotor], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [DocumentoPromotor], neste ato representado pelo Sr. [NomeAutoridade], portador(a) da Cédula de Identidade nº [Documento2Autoridade] e inscrito no CPF/MF sob o nº [DocumentoAutoridade], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº [NumeroProcesso], publicada no dia [DataPublicacao] e homologada em [DataHomologacao], processo administrativo n.º [NumAdmProcesso], RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 204, de 28 de dezembro de 2022 e, no que couber, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDOR REGISTRADO: [RazaoSocialParticipante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [DocumentoParticipante], com endereço [EnderecoParticipante], CEP [CepParticipante], neste ato representada por [NomeRepresentante], portador(a) da Cédula de Identidade nº [Documento2Representante] e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [DocumentoRepresentante].

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de [Objeto], conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº [NumeroProcesso] e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.

1.2. Os itens, as quantidades, as marcas ou as especificações ofertadas e os preços registrados são os constantes do DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS, anexo a esta Ata, que dela faz parte integrante para todos os fins.

1.3. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital de licitação e seus anexos, em especial o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, bem como a proposta apresentada pelo fornecedor registrado.

1.4. Em caso de divergência entre as disposições desta Ata e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

3. DA VALIDADE, DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO DE RESERVA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da assinatura eletrônica do Prefeito, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 3.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

3.4.2.1. Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

3.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5. O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observado o disposto no item 3.7 e seus subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o item 3.4.2.1 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

4. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão, no edital, de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade, contada da data do orçamento estimado, e o índice previsto para a contratação, na forma do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nos itens 5.2 e 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço

registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos arts. 26, § 3º, e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no edital, observado o disposto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8.4. A aplicação das sanções observará o contraditório e a ampla defesa, na forma do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, e será registrada no PNCP.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

9.1. As condições gerais de fornecimento do objeto, tais como os prazos e locais de entrega e de recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, as penalidades e as demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo ao Edital, que integra esta Ata independentemente de transcrição.

9.2. O fornecimento será efetivado mediante a emissão de nota de empenho, autorização de compra ou instrumento hábil equivalente, que terá força de contrato, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os quantitativos registrados e o prazo de validade desta Ata.

9.3. Os bens deverão ser entregues no prazo, no local e nas condições fixados no Termo de Referência, correndo por conta exclusiva do fornecedor registrado as despesas de embalagem, seguro, transporte, carga, descarga e quaisquer tributos incidentes.

9.4. O objeto será recebido provisória e definitivamente na forma dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133, de 2021, e do Termo de Referência.

9.4.1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor pela qualidade, pela perfeição e pela correção do objeto entregue, nem sua responsabilidade civil e ética-profissional.

9.5. Os bens deverão atender às exigências da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente quanto aos vícios de qualidade ou de quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

9.6. Constatada a desconformidade do bem entregue com as especificações do Termo de Referência ou com a proposta registrada, o fornecedor será notificado para substituí-lo ou repará-lo, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.6.1. A rejeição do bem não justificará atraso em relação ao prazo de entrega fixado.

9.7. O fornecedor prestará garantia do bem pelo prazo legal ou pelo prazo fixado no Termo de Referência, prevalecendo o mais favorável à Administração, contado do recebimento definitivo, entregando, quando exigido, o respectivo Termo de Garantia.

9.8. O pagamento será efetuado no prazo de [PrazoPagamento], contado da liquidação.

9.8.1. O pagamento fica condicionado à comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação, em especial da regularidade fiscal, trabalhista e perante o FGTS.

9.8.2. Do montante devido serão deduzidos os valores referentes à retenção de tributos e contribuições, nos termos e na gradação da legislação fiscal pertinente.

9.9. A fiscalização do fornecimento será exercida por servidor formalmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, a quem competirá recusar o bem em desacordo com o objeto, atestar a nota fiscal e adotar as providências necessárias à aplicação das penalidades cabíveis.

9.10. Os contratos e instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos termos do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, admitidos acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, vedado, contudo, o acréscimo dos quantitativos registrados nesta Ata, na forma do item 2.11.

9.11. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

10.1. A presente Ata será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, ficando facultado à Administração, a qualquer tempo, exigir a apresentação de parte ou da totalidade dos documentos correspondentes.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão gerenciador, com observância da Lei nº 14.133, de 2021, das normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, das normas de direito privado.

10.4. Fica eleito o foro da Comarca de [CidadePromotorSemUF] para dirimir as questões oriundas desta Ata que não puderem ser resolvidas administrativamente, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

[CidadePromotorSemUF], [DiaAtual] de [MesAtualNome] de [AnoAtual].

_____

[NomeAutoridade]
[RazaoSocialPromotor] – Órgão Gerenciador

_____

[NomeRepresentante]
[RazaoSocialParticipante] – Fornecedor Registrado

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS:

ANEXO 4

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A .....(Razão Social da empresa)....., CNPJ º....., localizada à..... **DECLARA,** para fins de participação na licitação **Pregão Eletrônico nº....,** promovida pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul-RS, e sob as penas da lei, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
  - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
  - Não está enquadrada nas vedações do art. 14, da Lei 14.133/21:

> Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
>
> I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
>
> II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
>
> III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Local de data.

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa)

ANEXO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

A .....(Razão Social da empresa)....., CNPJ º....., localizada à..... **DECLARA,** para fins de participação na licitação **Pregão Eletrônico nº....,** promovida pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul-RS, e sob as penas da lei, de que:

- Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

> "Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
>
> I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
>
> II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
>
> III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
>
> IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

Local de data.

_____

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa)

ANEXO 6

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO ART. 3º DA L.C. 123/2006 – ME / EPP / COOPERATIVAS

A .....(Razão Social da empresa)....., CNPJ º....., localizada à..... **DECLARA,** para fins de participação na licitação **Pregão Eletrônico nº....,** em especial atendimento ao item 3.6 do referido edital, licitação promovida pelo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Rosário do Sul-RS, e sob as penas da lei:

Somos enquadrados como:

1) Microempresa (__)

2) Empresa de pequeno porte (__)

3) Sociedade cooperativa (__)

Declaramos, ainda, que cumprimos os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando aptos a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Local de data.

_____

(Assinatura e identificação do representante legal da empresa)

ANEXO 7

MODELO DE PROPOSTA

Inserir aqui o timbre da empresa.

Pregão Eletrônico nº __/202_

Razão social:			
Endereço:			
CNPJ:			
Inscrição Estadual:			
Telefone (de preferência 2)			
E-mail			
Dados bancários	Banco:	Ag:	Conta:
Responsável pela assinatura do contrato	Nome: Cargo/função (conforme procuração ou contrato social): CPF: RG: Telefone: E-mail:		

Item	Descrição, conforme termo de referência	Marca/modelo	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1					
2					
3					

4					
5					
6					
7...					

Validade da proposta não inferior a 60 dias:

Prazo para entrega**:**

Garantia, quando exigido no termo de referência, ou no caso de não ser exigida, deverá acompanhar certificado de garantia padrão do produto, se aplicável:

Quando exigido no termo de referência, a licitante deverá declarar que possui assistência técnica especializada, apresentando na proposta o endereço completo e contato telefônico e de e-mail do estabelecimento que irá realizar as referidas revisões;

Local e data.

Assinatura do representante legal/procurador da empresa